

ALVÃO: UMA SERRA QUE É MAIS DO QUE RECURSOS NATURAIS

Carlos Andres Ortega García (Universidad del Valle)
Orquídea Maria Moreira Ribeiro (UTAD / CICANT / CEL)

ABSTRACT

This article aims to open a dialog about the dynamics of protection and conservation exposed in the Alvão Natural Park (PNAI), after almost 40 years of educational activities focused on generating environmental awareness and concern for the future of the human communities that inhabit the place, articulately exposing traditional cultural dynamics that are still active in the region, as well as the new proposals that motivate and adjust the way of inhabiting the territory.

The document was drawn up using the methodology of participant observation, an exercise carried out between 2023 and 2024 and complemented by a search for primary references in different information centres in Vila Real. The aim of recognizing this cultural past is to reinforce regional identity and stimulate an understanding of cultural change in the villages that make up the Park, thereby helping to generate alternatives that benefit the population.

Keywords: cultural practices; coexistence; vulnerability; habitation; migration.

RESUMO

Este artigo pretende abrir um diálogo sobre as dinâmicas de proteção e conservação expostas no Parque Natural do Alvão (PNAI), após quase 40 anos de atividades educativas focadas na geração de consciência ambiental e preocupação com o futuro das comunidades humanas que habitam o local, expondo articuladamente dinâmicas culturais tradicionais que ainda se encontram ativas na região, assim como as novas propostas que motivam e ajustam a forma de habitar o território.

A execução do documento seguiu a recolha de informação obtida através da metodologia de observação participante, exercício realizado entre 2023 e 2024, e complementada com uma pesquisa de referências primárias em diferentes centros de informação de Vila Real. O reconhecimento deste passado cultural tem como objetivo reforçar a identidade regional e estimular a compreensão da mudança cultural nas aldeias que compõem o Parque, permitindo de alguma forma, contribuir para a geração de alternativas que beneficiem a população.

Palavras-chave: práticas culturais; coexistência; vulnerabilidade; habitação; migração.

RESUMEN

Este artículo pretende abrir un diálogo sobre las dinámicas de protección y conservación expuestas en el Parque Natural do Alvão (PNAl), después de casi 40 años de actividades educativas centradas en generar conciencia ambiental y preocupación por el futuro de las comunidades humanas que habitan el lugar, articulando dinámicas culturales tradicionales que siguen activas en la región, así como nuevas propuestas que motivan y ajustan la forma de habitar el territorio.

El documento fue elaborado a partir de la metodología de la observación participante, ejercicio realizado entre 2023 y 2024, y complementado con la búsqueda de referencias

primarias en diferentes centros de información de Vila Real. El objetivo de reconocer este pasado cultural es reforzar la identidad regional y estimular la comprensión del cambio cultural en los pueblos que componen el Parque, contribuyendo así a generar alternativas que beneficien a la población.

Palabras Clave: prácticas culturales; coexistencia; vulnerabilidad; habitar; migración.

Recebido em 30 de dezembro de 2024.

Aceite em 10 de fevereiro de 2025.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i1.579

Introdução

Este artigo surge no decorrer da investigação para o desenvolvimento da tese de doutoramento *Transição e Adaptação de Práticas Culturais no Parque Natural do Alvão*¹ e se conjuga com a necessidade de caminhar pela serra, emoção aprendida junto do grupo de amigos liderado por António Caseiro Marques e Ramiro Fernandes, que são exemplo de força e constância para manter um ritmo de caminhadas há mais de três décadas, conhecendo os trilhos e atravessando a serra todos os domingos, sem falta. As caminhadas estão repletas de histórias, algumas nostálgicas, pois viveram em primeira mão as mudanças, crises e soluções que são formuladas em pormenor, expondo o que significa para Vila Real a proximidade da serra e tudo o que ela contém e significa. É esta presença que é necessária para continuar a usufruir da fauna e da flora autóctones e, nesse sentido, o Parque Natural do Alvão (PNAL) tem permitido pôr em marcha os projetos de proteção e conservação necessários para que as gerações futuras tenham acesso a estes recursos naturais, bem como fomentar uma relação necessária e equilibrada com as pessoas que vivem na serra ou que a veem como um local de exercício e lazer.

Identificados estes argumentos, o artigo estabelece um diálogo que circula entre a história e o presente, investigando fontes documentais primárias (atas de reuniões municipais, artigos de jornais locais e decretos-lei), recorrendo a análise de conteúdo quando possível, dado a limitada bibliografia existente (maioritariamente relatórios de estágio de licenciatura e dissertações de mestrado) sobre o Parque aqui em análise e através de uma metodologia de observação participante a identificação de tradições culturais, mudanças culturais, inconvenientes e abordagens que procuram garantir o referido equilíbrio.

A coexistência entre a natureza e a humanidade tem estado presente ao longo dos tempos, sendo necessário desenvolver a consciência do que é que esta relação implica e como este tipo de questionamento abre múltiplas opções de investigação contribui para o bem-estar de ambos.

A consulta dos documentos foi efetuada no Arquivo Municipal de Vila Real, nomeadamente através da consulta da série de Actas da Câmara Municipal, informação que dá conta das orientações administrativas que têm regido a atividade do Parque Natural do Alvão desde a sua fundação,

¹ Tese em Ciências da Cultura.

em junho de 1983. Acedeu-se também à Biblioteca Municipal de Vila Real e na sua hemeroteca foram consultados jornais regionais que têm dado cobertura a diferentes eventualidades desenvolvidas no Parque. A falta de diversidade de fontes bibliográficas foi verificada, tendo-se considerado os vários contributos de trabalhos de alunos em relatórios de licenciatura e dissertações de mestrado, especialmente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Assim, a análise documental foi orientada com o objetivo de identificar as práticas culturais valorizadas como tradicionais, assim como as novas alternativas que surgiram com a transformação do território. O exercício de observação participante centrou-se no acompanhamento do que constava das atas e dos artigos de imprensa. Esta informação regularizou muitos aspetos: arquitetura, construção de estradas, agricultura, caça, pesca, gestão do gado, até perturbações mais atuais como o uso de drones para observação e levantamentos, o uso da água e o turismo. Este trabalho tem como objetivo oferecer um reconhecimento dos aspetos que identificam o Parque, apontando as dificuldades de viver na serra e a responsabilidade que se tem para com o ambiente natural e social.

A metodologia se ajusta à preocupação de identificar no relato histórico, o que significa viver numa área protegida, entender como as pessoas encontram no lugar, uma opção que lhes permite crescer como pessoas, desenvolver os seus projetos pessoais e principalmente, manter o equilíbrio que regula a existência das espécies nativas.

Na identificação de um objetivo, propõe-se motivar o reconhecimento da transformação cultural no Parque, entendendo que este é constituído por diferentes aldeias, que cresceram de diferentes formas, com diferentes identidades e práticas culturais. Questões como a migração requerem especial atenção nesta discussão, até porque é nesta perspetiva que as dinâmicas de habitação têm sido por vezes exacerbadas.

1. A coexistência entre a natureza e as práticas culturais

Parte-se da reflexão de Milton Santos, em *Pensando o espaço do Homem* (1997), que considera a adaptabilidade da paisagem:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (Santos, 1997, p. 37).

Os laços afetivos existem entre as pessoas, os lugares e as paisagens tal como mencionado por Yi-Fu Tuan (1980) e a sua proposta de conceito de topofilia, ou a ideia de “lugares de memória” (Nora & Khoury 2012). Esta ideia é desenvolvida por Deus; Alves e Nogueira (2013) que ligam a relação da paisagem e lugar à construção da identidade cultural:

existência do homem, com as inúmeras ações entrelaçadas entre as grafias construídas da paisagem, vividas pela relação dos sentimentos e emoções em sua intensidade com o lugar, proporciona uma real comunicação de símbolos identificadores do ator com o seu espaço. A fusão da materialidade da paisagem retoma difusas simbologias para o homem na construção de seu universo, pela percepção de se sentir construtor do lugar, tornando a paisagem também um elemento material, fecundado pelas emoções vividas com gradientes de densidade, e configurando-se, assim uma formação subjetiva de experiências de vida. Essa relação de paisagem e lugar torna nítida a construção da identidade do homem com o meio, em um sentido de topofilia. (2013: 15).

Para Terry Eagleton (2000), cultura e natureza complementam-se, sendo que “A cultura não se limita a suplantar simplesmente a natureza; em vez disso, suplementa-a de uma forma simultaneamente necessária e supérflua” (2000: 128-129).

A partir da relação entre pessoas, lugares, paisagens e identidade cultural, definir paisagem permite refletir sobre a coexistência entre a natureza e as práticas culturais:

Desenvolvida por Tim Ingold [...] a noção de paisagem (*landscape*) é pensada a partir de inúmeros processos que se verificam na passagem do tempo, na forma de registros duradouros de vidas e da atividade de gerações de seres, incluídos aí seres humanos, animais e plantas, assim como ciclos geológicos e atmosféricos. Paisagens estão intimamente relacionadas à temporalidade; são histórias e nos oferecem modos de contar histórias mais profundas sobre o mundo. (Bailão 2016: s/p)

Abordando o conceito de paisagem, Bailão (2016) complementa a afirmação de Bailão (2016), acrescentando que para Ingold

cada paisagem é única, composta ao longo de sua história por texturas, contornos e elementos variados. Diferencia-se também de “natureza”, categoria que pressupõe uma realidade exterior aos seres que a compõem, e que se oporia à “cultura”, entendida como domínio das imaginações e representações. (Bailão 2016: s/p)

A antropologia da paisagem surge como uma área inter e transdisciplinar que tem como objetivo estudar as interações entre os seres humanos e os espaços que habitam, investigando como as paisagens (tanto físicas quanto simbólicas) são moldadas pelas práticas culturais e, por outro lado, como as paisagens influenciam as práticas sociais, culturais e a identidade dos indivíduos e comunidades (Hirsch e O’Hanlon 1995; Goodman 2007).

A vulnerabilidade dos recursos naturais é uma realidade em grande parte dos países, resultando na estruturação de um quadro legal de controlo da predação. Em Portugal, estão estabelecidos cuidados específicos sobre esta matéria, nomeadamente no Decreto-Lei n.º 22 de 2006 pelo qual;

procede-se [...] à consolidação institucional do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente no âmbito orgânico da GNR, definindo-lhe as missões que decorrem também da atribuição do pessoal da carreira de guarda florestal oriundo da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, que, integrado no quadro de pessoal civil da Guarda, reforça a sua capacidade de vigilância e fiscalização do território nacional. (Diário da República n.º 24 2006: 785-786)

Este aumento das ações de fiscalização e de formação na área da proteção dos recursos naturais por parte dos militares responsáveis da Guarda Nacional Republicana (GNR) favorece as intenções de proteção do ambiente.

Em relação à história do Parque Natural do Alvão, o parque natural mais pequeno de Portugal, a luta pela proteção do meio ambiente é uma realidade constante. Maria José Quintela referiu a razão para o pedido de expulsão dos militares do trajeto da estrada que liga Lamas D’Olo a Borbela: “En este caso, ni la forma de actuar de los elementos del Ejército fue adecuada a la sensibilidad de la zona, ni hubo una actitud de remediación hacia las poblaciones afectadas, el paisaje o el uso del lugar con fines educativos” (1996: 7). Perceber que a sensibilização é um elemento requerido e necessário para a educação ecológica é uma prioridade.

A estrada em causa, a EN 313, era um projeto que estava em construção desde o final da década de 70; a Junta Autónoma de Estradas (JAE), dirigida por Humberto Cardoso de Carvalho, comunicou ao presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Armando Afonso Moreira, através de ofício, a construção do trecho da EN 313 entre Lamas D’Olo e Borbela (Caixa 4 - Lamas de Olo - datas extremas 1978-1993 - AIMVR).

A estrada era de grande importância para a comunidade, apresentando-se como uma opção direta para a melhoria económica regional, conforme

mencionada no jornal *A Voz de Trás-os-Montes*, sendo igualmente do domínio público que diferentes discussões ambientais tinham parado o projeto em outros momentos (Cardoso, 2010). Muitas queixas alimentaram o polémico litígio, como a do colunista Joaquim de Carvalho, que alegou danos pessoais, assegurando ter sido atropelado pelo diretor do Parque quando questionou a sua atuação contra a comunidade (Carvalho 2010).

A construção da EN 313 entre Lamas D'Olo e Borbela foi considerada uma via muito importante pela administração pública, desde logo pelo presidente da Câmara Municipal, Armando Afonso Moreira, que respondeu à referida comunicação, tendo como destinatário o presidente da JAE, garantindo que o projeto deveria ser executado nesse mesmo ano (1978), antecipando-se à construção da albufeira que iria abastecer o concelho, favorecendo assim o transporte de material (Caixa 4 - Lamas de Olo - datas extremas 1978-1993 - AIMVR).

Foi uma discussão contínua, que gerou múltiplas explicações de ambos os lados, em que se argumentavam, por um lado, os inconvenientes que a estrada causaria ao ecossistema, especialmente às fontes de água e, por outro, os benefícios que este projeto traria às aldeias e à sua projeção como comunidades.

A construção de estradas nacionais e municipais era considerada uma necessidade para favorecer a circulação entre as zonas rurais e urbanas, mas hoje já se refere a aproximação dos turistas às áreas de conservação, uma nova interação que se institui como uma alternativa económica para a região (Crespo 2015), precisamente porque as atividades económicas tradicionais estão a diminuir significativamente na região, abrindo a porta a outras opções para habitar e usufruir a Serra.

A preocupação em gerar uma consciência ambiental nos habitantes e estrangeiros motivou diferentes formas de propor uma aproximação ao Parque. Desta forma, foi organizada a realização de práticas tradicionais e práticas externas, atividades que foram reconhecidas como boas alternativas económicas como, por exemplo, campismo, ralis, pesca, competições de bicicleta, caminhadas, *trekking*, vinculados a atividades de reforestação, limpeza e campanhas de proteção da fauna e da flora.

O Parque Natural do Alvão (PNAl), é uma reserva criada pelo Decreto-Lei.º 237, de 8 de junho de 1983, (Ata Arquivo Municipal de Vila Real n.º 22 1983) que se localiza no norte de Portugal, no distrito de Vila Real, abrangendo parte do concelho de Vila Real e de Mondim de Basto¹. A

¹ Para mais informação sobre o Parque Natural do Alvão consultar em <https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/parquesnaturais/pnalvao>.

alínea 6 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho apresenta uma definição para “Parques naturais. - São áreas de território, devidamente ordenadas, tendo em vista o recreio, a conservação da Natureza, a proteção da paisagem e a promoção das populações rurais”. No Parque Natural aqui em análise, é importante perceber que as considerações normativas evocam uma preocupação constante com a natureza e com o ser humano que habita o contexto. A procura por construir um equilíbrio tem vindo a trabalhar no sentido de alcançar a coexistência entre a natureza e o homem, e esta preocupação em muitos casos, permite-nos compreender que o futuro implica assumir mudanças.

O PNAI engloba várias aldeias: um arranjo pensado como uma estratégia de conservação, e não sob a condição de isolamento natural. A ideia de colocar este Parque Natural ao serviço da comunidade permite compreendê-lo, valorizá-lo, protegê-lo e habitá-lo. Sublinha-se que “haverá que classificar os vários locais numa Área Protegida, pela sua maior ou menor sensibilidade, para que possam ser adequadas as visitas em tamanho e especificidade do grupo, assim como a periodicidade dessas visitas” (Quintela 1996: 5).

Diferentes documentos (jornais, projetos de investigação, relatórios, dissertações e artigos) indicam que a gestão do Parque tem promovido diferentes campanhas para proteger as dinâmicas culturais que fazem parte da sua história, bem como supervisionado o impacto que estas têm na conservação da fauna e da flora. Também tem estado atenta às mudanças na população, especialmente devido a dois fatores: a migração e o envelhecimento, que afetam a adaptação dos recursos económicos; finalmente, também avalia os projetos a realizar em benefício da comunidade e da região.

Alguns casos, pela sua complexidade, são de decisão delicada, como aconteceu com a construção da estrada dentro do Parque. O jornal *A Voz de Trás -os- Montes*, no dia 11 de fevereiro de 2010, publicou um artigo com o título: “Por causa de um quilómetro de estrada, há tantas povoações a serem prejudicadas”, (Cardoso 2010: 3) justificando-se com interesses comunitários e naturais distantes.

Figura 1. O “quilómetro do impasse” com solução ao fim de mais de 40 anos.



Fonte: Jornal *A Voz de Trás-os-Montes*, Vila Real, 11 fevereiro de 2010.

O Parque localiza-se entre duas serras, a do Alvão e a do Marão, sendo que a vida na montanha existe dentro de uma abrangência extrema, com temperaturas muito baixas de inverno e altas de verão (Pereira, 1988), características que, somadas às limitações laborais, se tornam inconvenientes para a continuidade da habitação em algumas das aldeias que o compõem. Esta situação evidenciou fortes alterações na economia dos habitantes. A pecuária era a principal referência económica da região, mas, com a emigração em catadupa, as pessoas venderam o seu gado e instalaram-se de outra forma (Rebelo, 1999). Também o envelhecimento da população e a falta de mão de obra tiveram um impacto na diminuição da prática de criação de gado.

A pecuária, a agricultura, a apicultura, a exploração mineira e o artesanato articulam-se como as atividades tradicionais referidas e correspondem a características de cada aldeia. Estas práticas culturais transmontanas preservaram-se no tempo, com mudanças significativas e, por isso, é necessário fazer uma pesquisa histórica para se avaliar a realidade atual. Neste caso, o processo de investigação foi articulado através de uma

estrutura metodológica qualitativa, centrada em dois pontos: primeiro, uma investigação de fontes documentais primárias, começando pelas Atas da Câmara Municipal de Vila Real, as Atas do Conselho de Ministros (pertencentes à memória administrativa e política da região) e os jornais locais (informação que era popularizada na comunidade sem restrição de género ou posição sociocultural); em segundo lugar, pesquisa de outras fontes, como projetos de investigação, nos quais foram acompanhadas diferentes práticas culturais desenvolvidas no Parque (mais ativas nas décadas de 1980 e 1990).

Nos diferentes estudos identificados foram investigados pontos relacionados com os recursos naturais e antecedentes culturais presentes no Parque Natural e na Serra do Alvão, evidenciando o abandono de práticas culturais tradicionais, anulando ou modificando os ensinamentos que eram reconhecidos como identitários, tais como: a obtenção de farinha, a produção do linho, da cerâmica negra e a cria de gado. Estas alterações conduziram a uma nova utilização dos recursos naturais, bem como enfrentar questões socioculturais como a emigração.

À medida que os portugueses emigram, abre-se uma oportunidade para a chegada de migrantes estrangeiros, Portugal torna-se um destino apreciado por centenas de pessoas, que procuram iniciar um novo projeto de vida. Os padrões de (e)imigração estão ligados à crise socioeconómica. O cerne da discussão gira em torno da análise das tradições e da sua importância na estrutura histórica da comunidade.

A região transmontana identifica o vinho e o azeite como o seu principal suporte económico, embora o seu espectro de produção seja mais amplo: carnes, enchidos, legumes, frutas, mel, linho e materiais de construção, e cada uma destas alternativas corresponde a saberes ancestrais replicados ao longo dos anos (Almeida 2007).

A emigração portuguesa facilitou a entrada de mão de obra estrangeira para completar as necessidades do setor rural; “el número de extranjeros en Portugal ha estado creciendo de forma significativa” (Simões y Domínguez 2011: 236), uma situação que, no final do século XX, identificava as nacionalidades dos antigos territórios administrados por Portugal, com ênfase nos países africanos e Brasil) como os grupos de imigrantes maioritários no país (Lages *et al.*, 2006): “Neste contexto, a proximidade histórica, cultural e linguística permitiu que Portugal surgisse entre os países que, num primeiro momento (entre 1980 e 1990), exerceram maior atração por estes imigrantes” (Gaspar e Chatti 2022: 3). O fluxo migratório tem-se mantido constante apesar da crise que se iniciou na segunda metade da década de 2000.

As ofertas de emprego tornaram-se a primeira alternativa para a regularização dos cidadãos, apoiada pelo Decreto-Lei 244 de 8 de agosto de 1998, que autorizou a residência de imigrantes não legalizados (Baganha *et al.*, 2003). Portugal é sugerido em muitas plataformas como o país que oferece mais opções de legalização para os imigrantes.

A região transmontana apresenta aldeias com baixa densidade populacional, e com escassez de mão de obra para a realização de algumas atividades económicas, sobretudo no campo, situação que em algumas aldeias do PNAI é evidente, assim como é também comum a presença de residentes com segunda habitação, que habitam o local só no verão.

Estas segundas habitações são construídas com materiais diferentes dos tradicionais, e, por vezes, misturando estilos. O PNAI alberga uma grande diversidade de granito e xisto, flora e fauna, e a utilização da pedra na arquitetura regional determinou uma característica muito específica; tem sido tradição utilizar materiais oferecidos pela serra, pela comodidade de transporte ou pela dinâmica identitária que o material incorpora na cultura, como se pode ver na Figura 2.

Figura 2. Arquitetura tradicional, Ermelo, 23 maio do 2024.



Fonte: Carlos Ortega.

É evidente que a abertura do comércio possibilitou o acesso a novos materiais de construção, desencadeando alterações na dinâmica da construção tradicional, perdendo-se o saber popular que tal ofício implica (Guerra 1994). O contato com outras conceções arquitetónicas influenciou o despertar de propostas alheias às possibilidades construtivas conhecidas, como se pode observar em Lamas de Olo (Figura 3), Barreiro e Ermelo.

Figura 3. Nova arquitetura, Lamas de Olo, 5 abril do 2024.



Fonte: Carlos Ortega.

A transformação da paisagem arquitetónica é perceptível nas aldeias, embora ainda se possam observar casas tradicionais construídas em granito, como em Lamas de Olo ou no Barreiro, com telhados de colmo e/ou ardósia, como em Ermelo (Arribas 2001). Os habitantes construíram os telhados das suas casas com ardósia e as paredes com pedras porque a herança cultural assim o determinou (Pereira 2006), mas atualmente já não há casas cobertas a colmo.

A proteção da família, dos animais e dos cereais baseava-se nos blocos de granito da serra, com pormenores muito simples que serviam para construir as paredes, típicos de memórias de limitações, crises, isolamento ou condições naturais do terreno. Recorde-se que os solos da Serra do Alvão são pobres (Jorge 1996), o que indicia uma contenção na economia e, por isso, a poupança foi sempre um exercício fundamental.

Figura 4. Ermelo, 8 junho do 2024.



Fonte: Carlos Ortega.

A parcimónia determinou a utilização das matérias-primas presentes na região (Figura 4), sendo que o uso da pedra faz parte não só do legado cultural, mas também das dinâmicas económicas que se desenrolam no contexto.

O granito é um antecedente de reconhecimento cultural que se manteve durante diferentes períodos da história; é um elemento que se constitui como uma referência regional, de múltiplos usos, igrejas, edifícios públicos, limites de propriedade privada, esculturas e artefactos variados.

As manchas graníticas são extensas e constituem também uma grande atração, com destaque para o Arnal, situado na parte oriental do Alvão, onde se podem observar os relevos da chamada “Catedral do Arnal” (Henriques 1990) (Figura 5). As casas antigas são testemunho da passagem do tempo e as paredes espessas estabelecem um olhar mais recuado do que uma ilusão moderna. São habitações que combinam a habitação, o cuidado dos animais e a proteção dos alimentos (Salavessa 1997), casas que unificam a utilização dos recursos naturais: água, madeira e alimentos, elementos necessários à sobrevivência humana.

Figura 5. Catedral de Arnal, Arnal, 23 maio do 2024.



Fonte: Carlos Ortega.

O PNAI tinha uma extensão inicial de 7220 hectares, constituídos por propriedades particulares e comunitárias, pertencentes às freguesias do concelho de Mondim de Basto – aldeias nas freguesias de Bilhó e na de Ermelo (atualmente União de freguesias de Ermelo e Pardelhas) – e concelho de Vila Real (aldeias nas freguesias de Vila Marim e Lamas de Olo, atualmente União de Freguesias de Borbela e Lamas de Olo).

Robert Manners Moura (primeiro diretor do PNAI) refere que os terrenos do Parque eram muito maiores, mas a constatação das difíceis condições económicas vividas pelos habitantes da região levou a uma redução da área destinada à conservação da natureza (Moura 1999). O Parque insere-se num sistema montanhoso com elevada pluviosidade, ventos gelados e fortes nevões, condições de habitabilidade complexas no inverno (Pereira 1988).

A criação do PNAI, em 1983, foi o resultado de preocupações trabalhadas na década anterior, quando a Constituição de 1976 contemplou o direito ao ambiente como um direito fundamental (Vieira 2000). Após a criação do Parque, estabeleceu-se uma consciência de conservação e proteção da natureza.

Posteriormente, a grande diversidade e beleza do Parque foi reconhecida,

apontando a flora e fauna autóctones como um grande atrativo, bem como as suas jazidas rochosas e a sua vulnerabilidade, sendo estas rochas dos mais importantes afloramentos graníticos do país, e que se encontram em progressivo desaparecimento (Arquivo Municipal de Vila Real, Lei n.º 3 de 16 de janeiro de 1984).

Esta paisagem natural convive com o ser humano desde há muito; tradicionalmente a terra foi utilizada para o cultivo de hortaliças, grãos, frutas e pastagens para a criação de gado. A presença humana na região tem permitido a implantação de projetos sociais e culturais, que nem sempre vão ao encontro da conservação do equilíbrio estabelecido pelas diretrizes do Parque.

Estas diretivas têm estado presentes na avaliação de traçados de estradas, na construção de albufeiras e parques eólicos, bem como em programas de sensibilização da população para os incêndios, a caça e a poluição, um panorama de interesses que não se relacionam com a dinâmica de proteção dos recursos naturais. Alguns destes projetos são promovidos como uma necessidade vital; o abastecimento de água e energia são atualmente exigências básicas para a humanidade; por exemplo, a construção de uma albufeira tem um valor significativo para a comunidade, mas a morfologia da paisagem poderá nunca mais se recuperar (Portugal, 2008) e afetar drasticamente o ecossistema.

É importante reconhecer que a intervenção humana no Parque tem permitido a conservação de muitas espécies, favorecendo o acasalamento, a alimentação e a criação de habitats através do desenvolvimento de unidades ecológicas (biótopos) (Leal, 2003). Tais objetivos visam favorecer a recuperação da fauna autóctone que inclui uma abundante diversidade, entre a qual se destacam a águia-real, o javali, o corço, o texugo, a lebre, o coelho, a cobra de focinho alto, o sardão ou lagarto-de-água e a víbora.

O Parque contém comunidades e habitats caraterísticos da serra, espécies ameaçadas e endémicas que carecem de proteção, o que levou à aprovação de legislação específica como o Decreto-lei n.º 251/92 de 12 de novembro que esclarece que “com o desenrolar de estudos em curso, identificaram-se já algumas áreas especialmente sensíveis onde a caça deve ser interdita”. A exigência de estabelecer políticas de conservação estava em consonância com a designação de Parque Natural. O Conselho de Ministros, consciente da importância de estabelecer práticas de conservação para as espécies típicas da fauna serrana, elaborou regulamentação para impedir a caça e a alteração do habitat serrano:

Este projeto tem como objetivos materializar um conjunto muito relevante de ações fundamentais para assegurar a proteção e conservação de habitats naturais protegidos, gerir espaços florestais sob cogestão pública, valorizar o habitat de espécies de fauna prioritária como o lobo-ibérico e informar, sensibilizar e mobilizar a população para a conservação do património natural, em áreas relevantes do Parque Natural do Alvão (Resolução do Conselho de Ministros no. 29/2021 de 22 de março incluído no DR n.º 56 2021).

Esta decisão impulsionou o equilíbrio entre as práticas tradicionais e as riquezas naturais presentes no território, relação que é entendida como um processo milenar.

2. O abandono do território, muito mais do que um ‘até logo’

O Parque localiza-se no distrito de Vila Real, e inclui diferentes aldeias: Arnal, Assureira, Barreiro, Dornelas, Ermelo, Fervença, Lamas de Olo e Varzigueto (Vicente 1992), faltando neste grupo a aldeia de Anta. Estas populações enfrentaram fenómenos migratórios relevantes, destacando-se um declínio demográfico, capaz de articular alterações nas práticas culturais dos seus habitantes. Atualmente, esta alteração é visível nas atividades agrícolas; por outro lado, os habitantes da região envelheceram e dependem do Estado ou dos apoios dos filhos que vivem no estrangeiro (Tapada, 2005).

No início do século XXI, Adolfo Arribas (2001) identificou que o número de habitantes do Parque diminuiu; os jovens emigraram para outros países europeus em busca de melhor qualidade de vida. Este processo iniciou-se de forma regularizada a partir da década de 1960 (Sarmiento 2001). As causas prendem-se com diferentes fatores como o desinteresse em continuar a trabalhar nos ofícios tradicionais, poucas alternativas de emprego, um tecido empresarial deficiente, défices de organização e gestão (Almeida, 2007), características que favoreceram o êxodo para centros urbanos com maior movimento e oportunidades económicas.

O movimento migratório conduziu a uma desconexão das novas gerações, não só com o setor rural (Sarmiento 2001), como também com a memória e a história cultural. Na segunda metade do século XX, as pessoas emigravam para proporcionar melhores opções de vida às suas famílias, mas pensavam sempre em regressar. Agora, os jovens que partem não contemplam o regresso (Contreiras 1991), gerando uma rutura com as tradições e com a ocupação do espaço.

O abandono do território determinou transformações no uso da terra, nas relações interpessoais e na forma de habitar a serra. A pecuária e a agricultura passaram a partilhar o cenário económico regional com outras atividades como o comércio e o ecoturismo (Figura 6).

Figura 6. Parque Eólico, Serra do Alvão, 5 maio do 2024.



Fonte: Jorge Cardoso.

A melhoria das estradas não só encurtou a distância entre as aldeias, como também favoreceu a atividade comercial, permitindo a construção com novos materiais, melhorando o abastecimento alimentar e motivando a implementação do turismo como nova fonte de rendimento. Identificada a afetação da natureza, o Estado legislou com a Lei n.º 173/99, de 21 de setembro que, no seu artigo 3.º, determina a racionalização das atividades que alteram o equilíbrio natural (Lança 2001) e com ela a identificação das inconveniências que devem ser controladas para manter o equilíbrio entre a natureza e o homem.

A desflorestação, a poluição e a caça são reconhecidas como grandes inconvenientes, especialmente esta última, que faz parte da história cultural da população rural portuguesa; no entanto, a atividade não é vista hoje como uma opção alimentícia, mas como uma alternativa de lazer (Faria 2008). A caça tornou-se uma excelente opção para favorecer a economia, o reconhecimento regional e a interação entre o local e o forasteiro (Coelho 2010). Relativamente à atividade cinegética, o PNAI está completamente ordenado, com duas Zonas de Caça Municipal e uma Zona de Caça Associativa (Lamas de Olo) pelo que o exercício venatório está perfeitamente regulado, com espécies e períodos de caça definidos, zonas de refúgio e de

proteção (Henrique Pereira, comunicação pessoal, 14 de novembro de 2024).

As atividades tradicionais são utilizadas como atrativo para estimular o turismo e consequentemente a economia regional. O Alvão tem uma paisagem ideal para a exploração de atividades turísticas e recreativas, e os especialistas reconhecem estas características como um motor de desenvolvimento regional (Salavessa 2007). É evidente que os requisitos para se tornar um destino turístico exigem muito mais do que a simples promoção.

A melhoria da rede viária é um fator determinante para a concretização deste objetivo, tendo sido desenvolvidos vários projetos deste âmbito ao longo dos últimos 30 anos, com a Direção do PNAI como elemento fiscalizador destas intervenções.

Os recursos naturais oferecem à região uma possibilidade turística muito importante (s/a, 2003). No ano de 2019, foi projetada a construção de um geoparque, o Geoparque da Zona Alvão-Marão e da fratura Verin-Chaves-Régua. O Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO identifica um geoparque como um cenário que contém uma diversidade de interesses geológicos, vital para desenvolver projetos educativos, de investigação e de turismo (Ata Arquivo Municipal de Vila Real n.º 14, 2019). O projeto oferece alternativas para a proteção e conservação do ecossistema e das atividades culturais desenvolvidas no contexto.

O interesse pelos aspetos naturais regionais permitiu o amadurecimento de outros projetos, em 2020, de que é exemplo o projeto “Toda a Vista: Janelas para o Alvão”, apresentado pela Câmara Municipal e que incide na reabilitação de espaços naturais para o turismo, no quadro de um processo de desenvolvimento sustentável (Ata Arquivo Municipal de Vila Real n.º 27 2020).

A atividade turística tornou-se um pano de fundo de interesse nas últimas duas décadas; no entanto, o PNAI possui poucas infraestruturas para liderar projetos turísticos, ou sequer para apoiar outras iniciativas com maior tradição na região (Leal 2003). No início do século XXI, foram efetuados estudos para avaliar a viabilidade da construção de parques eólicos, tendo o vereador Rafael Osório Lopes Miranda defendido que estas infraestruturas eram uma garantia de sucesso, e recomendado a exploração de energias renováveis como a melhor opção de investimento para a região (Ata Arquivo Municipal de Vila Real n.º 12 2001). O aproveitamento do vento está ligado à história portuguesa, vide a implantação de moinhos de vento e a navegação, mas, ao contrário do norte da Europa, Portugal atrasou-se na implementação de energia eólica (Pérez 2004).

O projeto energético cresceu e afetou a paisagem natural, alterando a

vida das espécies autóctones, o que indica que a instalação dos aerogeradores deveria ter sido realizada com maior cuidado e responsabilidade (Rodríguez 2003).

A experiência na exploração de energias renováveis determinou o condicionamento do uso da Serra do Alvão, reconhecendo-se que a utilização dos recursos naturais deve estar sujeita a restrições específicas; assim o decidiu o município de Mondim de Basto ao “condicionar a instalação de parques eólicos nas áreas mais importantes para a espécie no nosso país; todo os parques eólicos devem ser equipados com sinalizadores anticolisão e armações de apoios seguras para aves” (Aviso n.º 436/2022, Alteração do Plano Diretor Municipal de Mondim de Basto, incluído no DR n.º 5 2022). As queixas da comunidade reconhecem que foram cometidos erros graves na região relativamente ao assunto; as alterações naturais nas serras do Alvão e Marão são evidentes e ainda se acredita que o Parque pode suportar o impacto de mais geradores (Cardoso 2010a).

É uma realidade que a procura de energia implica a implementação deste tipo de projetos, embora os problemas gerados na serra devido à intervenção humana tenham uma longa história e sejam também o resultado de atividades tradicionais. Estas preocupações ambientais levaram a diferentes hipóteses: a criação de gado gera erosão devido ao pisoteio (Carvalho 1998), as áreas cultivadas deslocaram a fauna e a flora nativas, os incêndios deixaram de ser ações de limpeza para se tornarem verdadeiras ameaças à natureza.

O ano de 2005 foi particularmente anormal em termos climáticos, tendo a região sofrido múltiplos incêndios, o que levou à implementação rigorosa de protocolos para quem visita ou vive na floresta, estabelecendo a prudência como regra principal.

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro desempenhou um papel importante no desenhar de estratégias de controlo e a Câmara Municipal de Vila Real manifestou interesse em apoiar práticas educativas. Os Bombeiros do concelho promoveram palestras e simulacros de incêndio com o objetivo de travar a emergência provocada por estes eventos. (Arquivo Municipal de Vila Real n.º 25 2005)

Apesar dos esforços, os desastres ecológicos repetem-se consecutivamente todos os verões; ardem pastagens e cercados secos, colocando comunidades inteiras em situações de emergência, deixando vítimas mortais e inúmeros prejuízos. A implementação de protocolos de prevenção implicou ações claras como a importância da limpeza da floresta, do controlo dos incêndios e a consciencialização para a vulnerabilidade das florestas (Ferreira 2005).

Considerações Finais

A atividade cultural no PNAI é extensa e procura constantemente sensibilizar turistas e habitantes para o facto de os recursos serem finitos e necessitarem de ser cuidados, sob pena de desaparecerem.

O alerta gerou traumas em diferentes projetos implementados nas serras do Alvão e do Marão, que correspondem a uma necessidade de manter o equilíbrio natural, uma ilusão que oferece garantias de conservação à natureza e não se desvia da utilização dos recursos pelo ser humano.

O processo de consciencialização ambiental precisa de ser implementado em toda a comunidade que se relaciona com o Parque e, da mesma forma, deve ser conduzido ao estudo da compreensão da história cultural presente nos habitantes de cada comunidade. Esta dinâmica de reconhecimento permitirá a compreensão da construção de uma identidade conjunta que matize o significado de viver numa serra e num parque natural.

As práticas quotidianas oferecem uma visão geral do legado cultural transmitido de geração em geração e evidenciam as formas de utilização dos recursos naturais, uma interação que tem sido traumática para a natureza nos últimos anos: a extinção das espécies autóctones e a poluição, ligadas com a persistente modernização do território, exige adaptações sem precedentes.

Para os seres humanos, os processos de adaptação são a prova da capacidade de sobrevivência e de gestão da natureza. Cada comunidade do PNAI viveu crises diferentes que conduziram a uma diminuição da densidade populacional, um problema complexo para a pecuária e a agricultura, principais atividades da história da região.

A migração afetou as práticas culturais porque as novas gerações deixaram de reproduzir as atividades autóctones da região com o interesse geracional a ser interrompido, com os habitantes locais a migrarem em busca de melhores oportunidades. Não é apenas um problema do Parque, é um problema global, com a maior parte da população a concentrar-se nos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, as zonas com menos oportunidades económicas acabam por ser abandonadas.

Referências Bibliográficas

Almeida, Jorge. 2007. No tempo e na vida. In: *Tribunal Douro* 37 (abril). Vila Real: Conselho Municipal de Vila Real. 52.

Arquivo Digital Municipal de Vila Real (ADMVR). Minutas de Actas 2019. Acta N.º. 14. <https://cm-vilareal.pt/images/municipio/camara/atas/2019/ata14de17dejunho.pdf>

Arquivo Digital Municipal de Vila Real (ADMVR). Minutas de Actas 2020. Acta N.º. 27. <https://cm-vilareal.pt/images/municipio/camara/atas/2020/ata27de14dedezembro.pdf>.

Arquivo Intermedio Municipal de Vila Real (AIMVR). Caixa 4 – Lamas de Olo – fechas extremas 1978-1993.

Arquivo Intermedio Municipal de Vila Real (AIMVR). Minutas de Actas 1990 (segundo semestre), Acta N.º. 38.

Arquivo Intermedio Municipal de Vila Real (AIMVR). Minutas de Actas 2001 (maio – agosto), Acta N.º. 12.

Arquivo Intermedio Municipal de Vila Real (AIMVR). Minutas de Actas 2005 (julho - dezembro), Acta N.º. 25.

Arquivo Municipal de Vila Real (AMVR). Minutas de Actas 1983, (janeiro – junho). Acta N.º. 22. CMVR/B/A/002/Lv. 036

Arquivo Municipal de Vila Real (AMVR). Minutas de Actas 1984 (janeiro – junho), Acta No. 3. Livro 137.

Arribas, Adolfo Marco. 2001. Desenvolvimento Rural e Conservação da Natureza. Análise dum caso prático: Lamas de Olo e Parque Natural do Alvão. Relatório Final de Estágio Licenciatura em Engenharia Florestal. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Baganha, Maria; Marques, José Carlos e Góis, Pedro. 2003. *A última vaga: migrantes de leste em Portugal*, Comunicação na Conferência Imigração de Leste – Uma Nova Realidade: Oportunidades e Desafios. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Bailão, André S. 2016. “Paisagem – Tim Ingold”. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. <http://ea.fflch.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>

Contreiras, Alexandra Sofia Guerreiro. 1991. *Ermelo: uma aldeia do Parque Natural do Alvão*: relatório final de estágio. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Crespo Cotrina, Nazaret. 2015. *Mortalidade no natural de anfíbios em el norte de Portugal: Parque Natural do Alvão e LIC Alvão /Marão*. Dissertação de Mestrando em Engenharia Florestal. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Carvalho, Armando de. 1998. *Estudo fitossociológico dos Carvalhais e Vidoasis do Parque Natural do Alvão*. Relatório Final de Estágio Licenciatura em Engenharia Florestal. Vila Real: Universidade de Trás- os-Montes e Alto Douro.

Deus, José Antônio Souza de; Alves, Rahyan de Carvalho; Nogueira, Marly.

2013. Homem, lugar & paisagem – topofilia e topofobia: reflexões sobre o património histórico, arquitetónico e urbanístico de Diamantina-MG. In: *Revista Caminhos da História*, v. 18, n.1, 13-26. <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3223>.

Diário da República n.º 131/1983, Série I de 1983-06-08, 2065–2069. <https://files.dre.pt/1s/1983/06/13100/20652069.pdf>

Diário da República n.º 211/1993, Série I-B de 1993-09-08, 4805. <https://files.dre.pt/1s/1993/09/211b00/48054806.pdf>

Diário da República n.º 24/2006, Série I-A de 2006-02-02, 785–786. <https://files.dre.pt/1s/2006/02/024a00/07850787.pdf>

Diário da República n.º 5/2022, Série II de 2022-01-07, 871. <https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/436-2022-177309028>

Diário da República n.º 56/2021, Série I de 2021-03-22, 31. <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/29/2021/03/22/p/dre/pt/html>.

Diário da República n.º 174/1976, Série I de 1976-07-27. Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho, 1702–1704. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/613-430785>.

Eagleton, Terry. 2000. *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP

Jiménez, Antonio. 2013. La pesadilla portuguesa en Europa. *El País Internacional*, 16 de febrero. https://elpais.com/internacional/2013/02/16/actualidad/1361038348_377210.html.

Ferreira, Cristina. 2005. As chamas sobem em fecha é o flagelo dos incêndios. In: *Tribunal Douro* 3, (junho). 23-27.

Gaspar, Sofia y Chatti, Juliana. 2022. Migración brasileña en Portugal y España: dinámicas y nuevos paradigmas. In: *Migraciones* 56. <https://doi.org/10.14422/mig.2022.025>

Guerra, Carlos. 1994. *O homem faz as casas, as casas fazem o homem, manual de recuperação e construção*, Mirandela: Parque Natural de Montesinho.

Henriques, Pedro Castro (1990): *Parques e reservas naturais de Portugal*. Lisboa: Verbo

Jorge, Luísa. 1996. *Retratos Ermelo 1196-1996*. Ermelo: Instituto da Conservação da Natureza e Parque Natural do Alvão.

Jornal *A Voz do Trás-os-Montes*, 11 de fevereiro de 2010 (livro), Cardoso, José, 3.

Jornal *A Voz do Trás-os-Montes*, 24 de junho de 2010 (livro), S/a, 2.

Jornal *A Voz do Trás-os-Montes*, 25 de fevereiro de 2010 (livro), de Carvalho, Joaquim, 22.

Jornal *A Voz do Trás-os-Montes*, 4 de março de 2010 (livro), Coelho, António, 12.

Jornal *A Voz do Trás-os-Montes*, 7 de janeiro de 2010a (livro), Cardoso, José, 4.

Jornal *Terra Quente*, 1 de fevereiro de 2008 (livro), Faria, Pedro 12.

Jornal *Terra Quente*, 15 de agosto de 2008 (livro), Portugal, Miguel, 7

Lages, Mário; Policarpo, Véronica; Marques, José Carlos; Lopes, Paulo y Cristo João. 2006. *Os imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas análise de duas*

sondagens. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião.

Lança, Luís Alberto. 2001. *Lei da Caça e Regulamento Anotados – legislação Complementar*. Coimbra: Almedina.

Leal, Patrícia da Conceição Gomes. 2003. *O turismo de natureza no Parque Natural do Alvão: referências e expectativas*: relatório final de estágio, Licenciatura em Recreação, Lazer e Turismo. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Moura, Robert. 1999. O alargamento do Parque Natural do Alvão segundo uma perspectiva inovadora. *Tellus, revista de cultura trasmontana e duriense*, n.º30. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real. 81-85.

Nora, P., & Aun Houry, T. Y. 2012. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>

Pereira, Carla Sónia Freitas. 2006. *Ecologia e caracterização do núcleo de Gralha-de-bico-vermelho (Pyrrhocorax pyrrhocorax, Linnaeus 1758) no Parque Natural do Alvão*, relatório final de estágio. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Pereira, Henrique Fernando Moreira Soares. 1988. *Lamas de Olo uma Aldeia de Montanha, breve caracterização monográfica*. Relatório final de estágio, licenciatura em Zootécnica. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro

Pérez López, Sergio. 2004. *Monitorización de la mortalidade de avifauna asociada al Parque eólico de Pena Suar (Serras do Marão e Alvão) y propuesta y evaluación de un índice de vulnerabilidad por estación del año (otoño, invierno y primavera)*. Relatório final de estágio, Licenciatura em Engenharia Forestal. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Quintela Ferreira María José. 1996. *Fisgas de Ermelo – um valor geológico e paisagístico dentro do Parque Natural do Alvão*. Trabalho de dissertação, Mestrado em Ciências do AmbienteBraga: Universidade de Minho

Rebelo, Ana Teresa Bragança. 1999. *O pastoreio no aproveitamento das áreas baldias: sua repercussão nas populações de pastores da área do P. N. Alvão e da freguesia de Alvadia*: relatório final de estágio, Licenciatura em Engenharia Zootécnica. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Rodríguez, João. 2003. A energia eólica e a região. In: *Tribunal Douro* 3, (junho). Vila Real: Concelho Municipal de Vila Real. 14-15.

s/a. 2003. Borbela, Prioridade à variante da EN 313 In: *Vila Real Revista Municipal* 17, (outubro). Vila Real: Concelho Municipal de Vila Real. 18-21.

Salavessa, Eunice. 1997. *Restauro e reabilitação da casa de Arnal*. Vila Real: Instituto da Conservação da Natureza Parque Natural do Alvão.

Salavessa, Maria Eunice da Costa. 2007. *Projecto de reabilitação da Casa das Pinheiras para fins de turismo em espaço rural: Ermelo de Mondim de Basto, Parque Natural do Alvão*. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Santos, Milton.1997. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec.

Sarmento, Sandra Albertina da Silva Nogueira Rodrigues Vinhais. 2001. *A sustentabilidade nos sistemas tradicionais de utilização do território: ensinamentos para o*

futuro: o caso do Parque Natural do Alvão. Dissertação de Mestrando em Instrumentos e Técnicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural: Gestão de Recursos Naturais. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Simões, Tânia Cristina y Domínguez, Inmaculada. 2011. *Imigração e sistema de pensões em Portugal en: Migrações, coesão social e governação Perspectivas euro-latino-americanas*. Andrés Malamud y Fernando Carrillo (organizadores). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Tapada, Alberto. 2007. A ruralidade e o turismo In: *Tribuna Douro* 39 (junho). Vila Real: Conselho Municipal de Vila Real. 50

TUAN, Yi-Fu. 1980. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro: Difel.

Vasconcelos, Suzette. 2005. Parque Natural de Alvão protegido pela A. A. UTAD. In: *Tribuna Douro* 20, (junho).

Vicente, António Manuel Fernandes. 1992. *Factores condicionantes da evolução das formas de ocupação do território do Parque Natural do Alvão (1947-1984)*. Relatório Final de Estágio, Licenciatura em Engenharia Zootécnica. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro.

Vieira, Joaquim. 2000. *Portugal Século XX crónica em imagens 1980 – 1990*. Edição no. 4093. Lisboa: Círculo de Leitores e Autor.